



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**COMISSÃO DE COMBATE AOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – CCRIMP**

**Relação de Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas pelo Procurador-Geral de Justiça/CCRIMP (2010/2011)**

**Objeto:** Impugnam, por inconstitucionalidade, a legislação municipal que prevê hipóteses inidôneas de contratação por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

**Dispositivos constitucionais paradigmas:** Constituição Estadual (PB), art. 30, incisos VIII e XIII

	<b>Número do processo no TJPB</b>	<b>Município</b>	<b>Lei impugnada</b>	<b>Julgamento</b>
1.	(ainda sem nº disponível)	Água Branca	Lei n.º 250/2004	
2.	999.2010.000.5647	Alagoa Grande	Lei n.º 1.030/2010	
3.	999.2010.000.5621	Alagoa Grande	Lei n.º 1.035/2010	
4.	999.2010.000.5605	Alagoa Nova	Lei n.º 21/1996	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
5.	999.2010.000.5563	Alagoinha	Resolução n.º 08/2005	Julgada em 04/05/2011
6.	999.2010.000.5589	Alagoinha	Lei n.º 86/1998	Julgada em 30/03/2011
7.	999.2010.000.518-3	Alcantil	Lei n.º 99/2004	
8.	999.2011.000.719-5	Algodão de Jandaíra	Lei n.º 072/1999	
9.	999.2010.000.574-6	Amparo	Lei n.º 004/1997	

10.	999.2010.000.592-8	Aparecida	Lei n.º 211/2007	
11.	999.2011.000.723-7	Arara	Lei n.º 128/2007	
12.	(ainda sem nº disponível)	Araruna	Lei n.º 03/2009	
13.	999.2011.000.370-7	Areia de Baraúnas	Lei n.º 95/2005	
14.	999.2010.000.528-2	Aroeiras	Lei n.º 787/2009	
15.	999.2010.000.550-6	Assunção	Lei n.º 042/1998	Julgada – Publicada, DJPB 16/07/2011
16.	999.2010.000.5548	Baraúna	Lei n.º 243/2007	
17.	999.2010.000.865-8	Barra de Santana	Lei n.º 027/1998	
18.	999.2011.000.866-4	Bernardino Batista	Lei n.º 211/2005	
19.	999.2011.000.021-6	Boa Ventura	Lei n.º 079/1997	Julgada em 17/08/2011
20.	(ainda sem nº disponível)	Boa Vista	Lei n.º 37/1997 alterada pela lei n.º 092/1999	
21.	999.2010.000.795-7	Bonito de Santa Fé	Lei n.º 455/2002	Julgada em 28/09/2011 – julgou-se improcedente. Unânime
22.	999.2010.000.520-9	Boqueirão	Lei n.º 836/2005	Julgada em 26/09/2011
23.	999.2011.000.1073	Borborema	Lei n.º 064/2001	
24.	999.2010.000.621-5	Brejo dos Santos	Lei n.º 001/2009	Publicada em 13/10/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
25.	999.2010.000.580-3	Cabaceiras	Lei n.º 484/1998	Julgada em 28/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
26.	999.2010.000.7593	Cabelo	Lei n.º 1.011/2001	Julgada parcialmente procedente em 26/09/2011
27.	999.2011.000.868-0	Cachoeira dos Índios	Lei n.º 01/2009	
28.	999.2011.000.366-5	Cacimba de Areia	Lei n.º 294/2010	
29.	999.2010.000.5993	Cacimba de Dentro	Lei n.º 37/98 alterada pela Lei n.º 103/2002	

30.	999.2010.000.601-7	Cacimbas	Lei n.º 002/1998	
31.	999.2010.000.597-7	Caiçara	Lei n.º 167/98	Julgada em 28/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
32.	999.2010.000.619-9	Cajazeiras	Lei n.º 1503/2003	
33.	999.2011.000.452-3	Cajazeirinhas	Lei n.º 060/1998	
34.	999.2010.000.519-1	Caldas Brandão	Lei n.º 002/2001	
35.	999.2010.000.521-7	Capim	Lei n.º 137/2009	Julgada em 17/08/2011
36.	999.2010.000.578-7	Caraúbas	Lei n.º 038/1997	
37.	(ainda sem nº disponível)	Carrapateira	Lei n.º 191/2007	
38.	999.2010.000.595-1	Casserengue	Lei n.º 069/2000	Julgada – Publicada, DJPB 22/07/2011
39.	999.2010.000.532-4	Catingueira	Lei n.º 015/1997	
40.	999.2010.000.522-5	Caturité	Lei n.º 72/2001	
41.	999.2010.000.726-2	Conceição	Lei n.º 297/2001	
42.	999.2010.000.536-5	Condado	Lei n.º 169/1997	
43.	999.2010.000.523-3	Conde	Lei n.º 223/2001	Julgada em 23/08/2011
44.	999.2010.000.570-4	Congo	Lei n.º 22/2005	Julgada em 28/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
45.	999.2011.000.025-7	Coremas	Lei n.º 02/1999	Julgada – Publicada, DJPB 02/09/2011
46.	999.2010.000.502-7	Coxixola	Lei n.º 05/1997	
47.	999.2010.000.591-0	Cuité	Lei n.º 562/2001	
48.	(ainda sem nº disponível)	Cuité de Mamanguape	Lei n.º 150/2009	
49.	999.2010.000589-4	Cuitegi	Lei n.º 145/1997	Julgada em 17/08/2011
50.	999.2010.000591-0	Cuitegi	Lei n.º 206/2003	
51.	999.2010.000.593-6/001	Cuitegi	Lei n.º 206/2004	Julgada em 17/08/2011
52.	999.2011.000.813-6	Curral Velho	Lei n.º 169/1997	

53.	999.2010.000.5878	Damião	Lei n.º 04 /97	Julgada em 17/08/2011
54.	999.2010.000.611-6	Desterro	Lei n.º 037/1998	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
55.	999.2011.000.811-0	Diamante	Lei n.º 141/1997	
56.	999.2011.000.528-0	Emas	Lei n.º 215/2002	
57.	999.2010.0005852	Esperança	Lei n.º 1174/2005	
58.	999.2010.000.508-4	Gado Bravo	Lei n.º 167/2009	
59.	999.2010.000.510-0	Gado Bravo	Lei n.º 34/1998	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
60.	999.2010.000.525-8	Guarabira	Lei n.º 518/2000	
61.	999.2010.000.527-4	Gurinhém	Lei n.º 252/2001	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
62.	999.2010.000.576-1	Gurjão	Lei n.º 02/1997	Julgada em 26/09/2011 – julgada parcialmente procedente
63.	999.2010.000.724-7	Ibiara	Lei n.º 237/1997	Julgada em 17/08/2011
64.	999.2010.000.568-8	Igaracy	Lei n.º 253/1997	Julgada em 28/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
65.	999.2010.000.617-3	Imaculada	Lei n.º 324/1994	
66.	999.2011.000.807-8	Itaporanga	Lei n.º 419/1997	
67.	999.2011.000.809-4	Itaporanga	Lei n.º 784/2010	
68.	999.2011.000.806-0	Itaporanga	Lei n.º 783/2010	
69.	999.2010.000.529-0	Itapororoca	Lei n.º 223/2004	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
70.	999.2010.000.583-7	Itatuba	Lei n.º 216/1997	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
71.	999.2011.000.906-8	João Pessoa	Lei nº 9.584/2001	

72.	999.2010.000.718-9	Juazeirinho	Lei n.º 241/1997	Julgada em 17/08/2011
73.	999.2010.000.555-5	Junco do Seridó	Lei n.º 128/2000	
74.	999.2011.000.019-0	Junco do Seridó	Lei n.º 087/1997	
75.	999.2011.000.448-1	Lagoa	Lei n.º 277/2009	
76.	999.2010.000.506-8	Lagoa Seca	Lei n.º 001/2006	Julgada em 26/09/2011 – julgado parcialmente procedente o pedido
77.	999.2010.000.548-0	Livramento	Lei n.º 303/2001	
78.	999.2010.000.539-9	Lucena	Lei n.º 651/2009	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
79.	999.2011.000.862-3	Mãe D'Água	Lei n.º 133 “A”/1997	
80.	999.2010.000.534-0	Malta	Lei n.º 077/2002	Julgada em 28/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
81.	999.2010.000.609-0	Manaíra	Lei n.º 218/2001	Julgada em 17/08/2011
82.	999.2010.000.537-3	Marcação	Lei n.º 012/2005	Julgada em 26/09/2011 – inconstitucionalidade
83.	999.2010.000.535-7	Mari	Lei n.º 446/1997	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
84.	999.2010.000.615-7	Marizópolis	Lei n.º 015/2005	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
85.	(ainda sem nº disponível)	Massaranduba	Lei n.º 187/2002	
86.	999.2010.000.533-2	Mataraca	Lei n.º 137/2001	
87.	999.2011.000.434-1	Matinhas	Lei n.º 97/1997	
88.	999.2010.0005811	Montadas	Lei n.º 276/2009	Julgada em 26/09/2011
89.	999.2010.000.607-4	Monte Horebe	Lei n.º 262/2007	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
90.	999.2011.000.527-2	Nova Olinda	Lei n.º 474 /2010	

91.	999.2011.000.064-6	Monteiro		Julgada em 26/09/2011
92.	999.2010.000.566-2	Olho D'água	Lei n.º 05/1997	
93.	999.2010.000.869-0	Olivedos	Lei n.º 028/1998	
94.	999.2010.000.516-7	Parari	Lei n.º 004/1997	
95.	999.2011.000.368-1	Passagem	Lei n.º 207/2006	
96.	999.2010.000.563-9	Patos	Lei n.º 02.493/97 alterada pela Lei 3.808/2009	Julgado procedente o pedido em 19/10/2011.
97.	999.2011.000.732-8	Paulista		
98.	999.2010.000.598-5	Paulista	Lei n.º 175/2000	Julgada em 26/09/2011
99.	999.2010.000.546-4	Pedra Branca	Lei n.º 116/1997	
100.	999.2010.000.579-5	Pedra Lavrada	Lei n.º 01/2000	Julgado procedente o pedido em 19/10/2011.
101.	999.2011.000986-0	Piancó	Lei n.º 1086/2011	
102.	999.2010.000.531-6	Pilar	Lei n.º 325/2005	Julgada em 26/09/2011
103.	999.2010.000.541-5	Pitimbu	Lei n.º 020/1997	
104.	999.2010.000.582-9	Pocinhos	Lei n.º 991/2008	Julgada em 17/08/2011
105.	999.2010.000.613-2	Poço José de Moura	Lei n.º 148/2005	
106.	999.2011.000.450-7	Pombal	Lei n.º 1084/2001	
107.	999.2010.000.600-9	Princesa Isabel	Lei n.º 908/2005	
108.	999.2010.000.504-3	Puxinanã	Lei n.º 432/2004	Julgada em 28/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
109.	999.2010.000.530-8	Queimadas	Lei n.º 102/2006	
110.	999.2010.000.567-0	Quixaba	Lei n.º 043/1997	
111.	999.2011.000.721-1	Remígio	Lei n.º 549/1999	
112.	999.2010.000.577-9	Riachão	Lei n.º 002/1997	Julgada em 28/09/2011 – declarada a

				inconstitucionalidade por unanimidade
113.	999.2010.000.543-1	Riachão do Poço	Lei nº 039/1999	Julgada - publicada, DJPB 19/052011
114.	999.2010.000.867-4	Riacho de Santo Antônio	Lei n.º 100/2005	Julgada em 05/10/11 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
115.	999.2010.000.584-5	Riacho dos Cavalos	Lei n.º 355/2001	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
116.	999.2010.000545-6	Rio Tinto	Lei n.º 810 /2005	Julgada em 05/10/11 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
117.	999.2010.000565-4	Salgadinho	Lei n.º 007/1998	
118.	999.2010.000.594-4	Santa Cruz	Lei n.º 248/1997	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
119.	999.2011.000.864-9	Santa Helena	Lei n.º 327/1997	
120.	999.2010.000.722-1	Santa Inês	Lei n.º 223/2004	
121.	999.2011.000.908-4	Santa Rita	Leis n.º 1048/2003; 897/1998; 859/1997 e 827/1997.	
122.	999.2010.000.557-1	Santa Luzia	Lei n.º 297/2002	
123.	999.2010.000.658-7	Santa Terezinha	Lei n.º 005/1997	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
124.	999.2010.000.720-5	Santana de Mangueira	Lei n.º 049/2009	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
125.	99920110008714	Santana dos Garrotes	Lei 298/2001	
126.	999.2010.000.569-6	Santo André	Lei n.º 75/2000	
127.	999.2010.000.586-0	São Bentinho	Lei n.º 264/2009	Julgada em 26/09/2011
128.	999.2010.000.605-8	São Bento	Lei n.º 324/2005	
129.	999.2011.000.446-5	São Domingos de Pombal	Lei n.º 80/1999	
130.	999.2010.000.798-1	São João do Cariri	Lei n.º 346/2004	Julgada – Publicada, DJPB 26/04/2011

131.	999.2010.000.596-9	São José da Lagoa Tapada	Lei n.º 263/2000	Julgado procedente o pedido em 19/10/2011.
132.	999.2010.000.538-1	São José de Caiana	Lei n.º 192/1998	Julgada em 17/08/2011
133.	999.2010.000.540-7	São José de Caiana	Lei n.º 220/2001	
134.	999.2010.000.542-3	São José de Caiana	Lei n.º 174/1997	Julgada em 17/08/2011
135.	999.2011.000.017-4	São José de Espinharas	Lei n.º 221/2001	
136.	999.2010.000.623-1	São José de Piranhas	Lei n.º 296/2005	
137.		São José de Princesa	Lei n.º 004/1997	
138.	999.2010.000.660-3	São José do Bonfim	Lei n.º 408/2007	EM 23/09/2011, EXTINCAO PROC. SEM/JULG. MERITO – LEI REVOGADA NO CURSO DA AÇÃO
139.	999.2010.000.559-7	São José do Sabugi	Lei n.º 280/1997	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
140.	(ainda sem nº disponível)	São José dos Ramos	Lei n.º 019/1997	
141.	(ainda sem nº disponível)	São Mamede	Lei n.º 312/1991	
142.	(ainda sem nº disponível)	São Miguel de Taipú	Lei n.º 099/1997	
143.	999.2010.000.575-3	São Sebastião de Lagoa de Roça	Lei n.º 03/1993	
144.	999.2010.000.526-6	São Sebastião do Umbuzeiro	Lei n.º 166/1997	
145.	999.2010.000.547-2	Sapé	Lei n.º 990/2009	
146.	999.2010.000.514-2	Serra Branca	Lei n.º 245/1997	
147.	999.2010.000.544-9	Serra Grande	Lei n.º 108/1999	
148.	999.2010.000.5738	Solânea	Lei n.º 012/97	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade por unanimidade
149.	999.2010.000871-6	Soledade	Lei n.º 114/1997	
150.	999.2010.000.590-2	Sousa	Lei n.º 1927/2003	Julgada em 26/09/2011 – inconstitucionalidade

151.	999.2010.000.572-0	Sumé	Lei n.º 002/1997	
152.	999.2010.000.552-2	Taperoá	Lei n.º 08/1995	
153.	999.2011.000.471-3	Tavares	Lei n.º 511/2005	
154.	999.2010.000.603-3	Teixeira	Lei n.º 004/2001	Julgada em 26/09/2011 – inconstitucionalidade
155.	999.2010.000.571-2	Tenório	Lei n.º 150/2005	
156.	999.2010.000.524-1	Umbuzeiro	Lei n.º 199/2006	Julgada – Publicada, DJPB 03/06/2011
157.	999.2010.000.561-3	Várzea	Lei n.º 009/2004	
158.	999.2010.000.553-0	Várzea	Lei n.º 004/2000	
159.	999.2010.000.512-6	Zabelê	Lei n.º 26/1997	Julgada em 26/09/2011 – declarada a inconstitucionalidade